



SUMÁRIO

(provisório)

1. DIREITO TRIBUTÁRIO	19
1.1 Conceito de Direito Tributário	19
1.2 Direito tributário e ciência do direito tributário	20
1.3 Denominação	21
1.4 Autonomia do direito tributário	22
1.5 Relação do direito tributário com outros ramos do direito	23
1.6 Direito tributário como ramo do direito público	25
2. O TRIBUTO	27
2.1 Conceito de tributo	27
2.2 Espécies de tributo	30
2.3 Natureza jurídica do tributo	31
2.4 Insuficiências do artigo 4.º do CTN	32
2.5 Fiscalidade e extrafiscalidade	33
2.6 Tributo e receita pública	35
2.7 Estado, atividade econômica e tributo	36

3. LIMITAÇÕES DO PODER DE TRIBUTAR	39
3.1 O Poder de Tributar	39
3.2 Poder de Tributar e os princípios constitucionais gerais	40
3.3 Princípio federativo e princípio da autonomia municipal	41
3.4 Princípio republicano	44
3.5 Princípio da separação dos poderes	44
3.6 Princípio democrático	46
3.7 Novos princípios que regem o Sistema Tributário Nacional	46
3.8 Limitações do poder de tributar: princípios e imunidades	51
4. COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA	53
4.1 Conceito	53
4.2 Características da competência tributária	55
4.3 Classificação da competência tributária	57
4.4 Competência tributária e capacidade tributária ativa	59
4.5 Competência tributária e competência para legislar sobre direito tributário	61
4.6 As normas gerais em matéria tributária e seu caráter de leis nacionais	63
4.7 Leis nacionais tributárias e reserva de lei complementar	64
5. PRINCÍPIO DA LEGALIDADE TRIBUTÁRIA	67
5.1 Princípio da legalidade: origem histórica e significado jurídico .	67
5.2 Princípio da legalidade e princípio da reserva legal	68
5.3 Reserva legal absoluta e reserva legal relativa	69
5.4 Princípio da legalidade tributária como reserva absoluta de lei	70
5.5 Exigir tributo – Constituição e Código Tributário Nacional	72
5.6 A completude da lei tributária que institui o tributo	75
5.7 Aumentar tributo	77
5.8 Lei ordinária ou lei complementar?	79
5.9 Mitigações ou exceções ao princípio da legalidade	81

5.10	Medida provisória e princípio da legalidade	85
5.11	Obrigações tributárias acessórias e o princípio da legalidade ...	87
6.	PRINCÍPIO DA IGUALDADE OU ISONOMIA TRIBUTÁRIA	91
6.1	Princípio republicano e isonomia jurídica	91
6.2	O princípio da igualdade tributária	92
6.3	Igualdade tributária e capacidade econômica	94
6.4	Princípio da igualdade e isenções	96
7.	PRINCÍPIO DA CAPACIDADE CONTRIBUTIVA	99
7.1	Isonomia e capacidade contributiva	99
7.2	O princípio da capacidade contributiva na Constituição de 1988	101
7.3	A expressão “sempre que possível”	102
7.4	Proporcionalidade	103
7.5	Progressividade	103
7.6	Seletividade	116
7.7	Capacidade contributiva, impostos regressivos e impostos fixos	120
8.	PRINCÍPIO DA IRRETROATIVIDADE TRIBUTÁRIA	123
8.1	Princípio da segurança jurídica e a cláusula geral de irretroatividade	123
8.2	Princípio da irretroatividade tributária	124
8.3	A retroatividade das leis tributárias no CTN	128
9.	PRINCÍPIO DA ANTERIORIDADE TRIBUTÁRIA	137
9.1	Segurança jurídica e previsibilidade: o princípio da não surpresa	137
9.2	O princípio da anterioridade na Constituição de 1988	138
9.3	Exceções ao princípio da anterioridade	147
9.4	Medida provisória e princípio da anterioridade	157
9.5	Princípio da anterioridade e questões conexas	163

10. PRINCÍPIO DA VEDAÇÃO DO CONFISCO	169
10.1 Tributação e propriedade privada	169
10.2 Conceito de confisco	170
10.3 O princípio tributário da vedação do confisco	172
10.4 Parâmetros de calibração: princípio da razoabilidade e proporcionalidade	174
10.5 Critérios para análise do confisco	175
10.6 Multas e vedação do confisco	177
11. PRINCÍPIOS LIGADOS À FORMA FEDERATIVA DE ESTADO	181
11.1 Princípio da liberdade de tráfego	181
11.2 Princípio da uniformidade tributária ou geográfica	188
11.3 Princípio da não discriminação tributária em razão da origem ou destino	196
11.4 Vedação de caráter federativo da tributação diferenciada da renda das obrigações da dívida pública e da remuneração e proventos dos agentes públicos	197
11.5 Princípio da vedação das isenções heterônomas	200
12. IMUNIDADES TRIBUTÁRIAS	205
12.1 A competência tributária	205
12.2 Conceito	206
12.3 Diferenças entre imunidade, isenção e não incidência	207
12.4 Regulação das imunidades tributárias	211
12.5 Interpretação das normas de imunidade	212
12.6 Imunidade tributária como direito fundamental do contribuinte e cláusula pétrea	214
12.7 Imunidade e responsabilidade tributária	215
12.8 Imunidade e obrigações tributárias	220
12.9 Imunidades genéricas e específicas	222
13. IMUNIDADE RECÍPROCA	231
13.1 Fundamento e significado	231
13.2 Abrangência subjetiva	233

13.4	Abrangência objetiva	251
13.5	Exclusão da imunidade	253
14.	IMUNIDADE DAS ENTIDADES RELIGIOSAS E DOS TEMPLOS DE QUALQUER CULTO	263
14.1	Liberdade de crença	263
14.2	Imunidade das entidades religiosas e dos templos de qualquer culto	264
14.3	Finalidades essenciais	267
14.4	Entidade religiosa e exploração de atividade econômica	269
15.	IMUNIDADE DOS PARTIDOS POLÍTICOS E SUAS FUNDAÇÕES, ENTIDADES SINDICAIS DOS TRABALHADORES, INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL	273
15.1	Introdução	273
15.2	Partidos políticos e suas fundações	274
15.3	Entidades sindicais dos trabalhadores	275
15.4	Instituições de educação e assistência social	278
15.5	Imunidade condicionada: ausência de finalidade lucrativa e requisitos de lei	280
15.6	Finalidades essenciais e exercício de atividade econômica	286
15.7	Imunidade específica das entidades de assistência social	289
15.8	Imunidade tributária e instituições de previdência social	292
16.	IMUNIDADE DOS LIVROS, JORNAIS, PERIÓDICOS E O PAPEL DESTINADO A SUA IMPRESSÃO. IMUNIDADE DOS FONOGRAMAS E VIDEOFONOGRAMAS MUSICAIS PRODUZIDOS NO BRASIL	299
16.1	Liberdade de expressão e imunidade dos veículos de comunicação	299
16.2	A interpretação da palavra “livro”	303
16.3	Os insumos	307
16.4	Empresas de rádio e televisão	310
16.5	Imunidade dos fonogramas e videofonogramas musicais produzidos no Brasil	311

17. IMPOSTOS	315
17.1 Espécies de tributos	315
17.2 A Constituição e os impostos	316
17.3 O Código Tributário Nacional e a definição dos impostos	318
17.4 Conceito de imposto	319
17.5 Princípio da não afetação das receitas provenientes de impostos	323
17.6 Classificação dos impostos	327
17.7 A competência para a instituição de impostos	330
18. TAXAS	343
18.1 A taxa como tributo vinculado	343
18.2 Taxa e atividade estatal	344
18.3 A competência comum para a instituição de taxas	347
18.4 A base de cálculo das taxas	348
18.5 Base de cálculo das taxas e o princípio da capacidade contributiva	352
18.6 Vinculação do montante arrecadado	355
18.7 Taxa de polícia	358
18.8 Taxa de serviço	366
18.9 Taxa e tarifa	376
19. CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	383
19.1 Conceito e características gerais	383
19.2 Fato gerador	387
19.3 Obras públicas que autorizam a instituição do tributo e a zona de influência	389
19.4 Limites para a cobrança: total e individual	392
19.5 Base de cálculo a alíquotas progressivas	393
19.6 Sujeito ativo e sujeito passivo	395
19.9 Requisitos para a cobrança	397
19.10 Lançamento	399

20. EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO	403
20.1 Natureza jurídica tributária	403
20.2 O empréstimo compulsório na Constituição de 1988	404
20.3 Situações que autorizam a instituição do tributo	406
20.4 Vinculação dos recursos arrecadados	409
20.5 Materialidade da hipótese de incidência: qual é o fato gerador do empréstimo compulsório?	410
21. CONTRIBUIÇÕES	413
21.1 Natureza jurídica tributária	413
21.2 Conceito	415
21.3 Áreas de atuação	416
21.4 Formas de atuação	420
21.5 Vinculação do produto da arrecadação	422
21.6 Desvinculação das receitas da União (DRU)	425
21.7 Competência	428
21.8 Regra-matriz de incidência	430
21.9 Imunidade específica na exportação e oneração das importações	435
21.10 Contribuição de interesse das categorias profissionais ou econômicas	439
21.11 Contribuição de intervenção no domínio econômico (CIDE) ...	453
21.13 Contribuições sociais	466
21.14 Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública (COSIP)	500
22. CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL	507
22.1 Fundamento constitucional e natureza jurídica do CTN	507
22.2 O artigo 146 da Constituição Federal	512
22.4 O caráter de lei nacional do Código Tributário Nacional	522
22.5 Normas gerais e competência legislativa concorrente	523

23. LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA	531
23.1 Apresentação do tema	531
23.2 Fontes do direito tributário	531
23.2.1 Instrumentos normativos primários	532
23.2.2 Instrumentos normativos secundários	555
23.3 Vigência da legislação tributária	562
23.4 Aplicação da legislação tributária	570
23.5 Interpretação e integração da legislação tributária	572
24. OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA	589
24.1 Apresentação do tema	589
24.2 Obrigação tributária (art. 113 do CTN)	591
24.4 Fato gerador da obrigação tributária	599
24.5 Sujeito ativo da obrigação tributária: artigo 119 do CTN	629
24.6 Sujeito passivo da obrigação tributária	642
24.7 Solidariedade tributária	646
24.8 Capacidade tributária passiva: artigo 126 do CTN	657
24.9 Domicílio tributário: artigo 127 do CTN	660
25. RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA	667
25.1 Conceito de responsabilidade tributária	667
25.2 Espécies de responsabilidade tributária	671
25.3 Responsabilidade por substituição	673
25.4 Responsabilidade por transferência	682
25.5 Responsabilidade por infrações	727
26. CRÉDITO TRIBUTÁRIO E LANÇAMENTO	741
26.1 O crédito tributário	741
26.2 O lançamento tributário: artigo 142 do CTN	747
26.3 Lançamento por declaração ou misto: artigo 147 do CTN	767

26.4	Lançamento de ofício ou direto: artigo 149 do CTN	772
26.5	Lançamento por homologação ou autolançamento: artigo 150 do CTN	776
26.6	Constituição do crédito tributário por ato do sujeito passivo: Súmula 436 do STJ	784
27.	SUSPENSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	787
27.1	A suspensão da exigibilidade	787
27.2	Moratória	794
27.3	Depósito do montante integral: artigo 151, II, do CTN	806
27.4	Reclamações e recursos administrativos: artigo 151, III, do CTN	812
27.5	Liminar em mandado de segurança: artigo 151, IV, do CTN	815
27.6	Liminar ou tutela antecipada em outras ações judiciais: artigo 151, V, do CTN	818
27.7	Parcelamento: artigo 151, VI, do CTN	820
28.	EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	827
28.1	Extinção do crédito tributário: artigo 156 do CTN	827
28.2	Pagamento	832
28.3	Compensação	866
28.4	Transação: artigo 171 do CTN	870
28.5	Remissão	874
28.6	Decadência e prescrição	879
28.7	Conversão do depósito em renda: artigo 156, VI, do CTN	898
28.8	O pagamento antecipado e a homologação do lançamento: artigo 156, VII, do CTN	900
28.9	Consignação em pagamento: artigo 156, VIII, do CTN	901
28.10	Decisões administrativa e judicial definitivas: artigo 156, IX e X do CTN	901
28.11	Dação em pagamento de bens imóveis: artigo 156, XI, do CTN	904

29. EXCLUSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	909
29.1 Significado: artigo 175 do CTN	909
29.2 Isenção	911
29.3 Anistia	926
30. GARANTIAS, PRIVILÉGIOS E PREFERÊNCIAS DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	935
30.1 Introdução	935
30.2 Caráter não exaustivo das garantias: artigo 183 do CTN	936
30.3 Regra geral relativa aos privilégios: artigo 184 do CTN	938
30.4 Presunção de alienação ou oneração fraudulentas: artigo 185 do CTN	942
30.6 Indisponibilidade de bens e direitos: artigo 185-A do CTN	944
30.7 Preferência do crédito tributário: artigo 186 do CTN	946
30.8 Não sujeição a concurso de credores: artigo 187 do CTN	949
30.9 Créditos tributários extraconcursais: artigo 188 do CTN	953
30.10 Preferência do crédito em caso de inventário, arrolamento e liquidação de pessoa jurídica de direito privado	954
30.11 Exigência da prova de quitação de tributos	958
31. ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS	963
31.1 Administração Pública e Administração Tributária	963
31.2 Dispositivos constitucionais aplicáveis à Administração Tributária	965
31.3 Disciplina jurídica da fiscalização tributária: artigo 194 do CTN	967
31.4 Acesso a informações de interesse fiscal: artigo 195 do CTN ..	970
31.5 Princípio documental: artigo 196 do CTN	973
31.6 Dever de prestar a informações: artigo 197 do CTN	974
31.7 Sigilo fiscal: artigo 198 do CTN	978

31.8	Permuta de informações e assistência mútua: artigo 199 do CTN	983
31.9	Auxílio de força pública: artigo 200 do CTN	984
31.10	Dívida ativa	986
31.11	Certidões negativas	994
31.12	Disposições finais e transitórias	1000
32.	ASPECTOS GERAIS DA REFORMA TRIBUTÁRIA	1005
32.1	Introdução: o IVA como inspiração	1005
32.2	Federalismo brasileiro e tributação de produtos, mercadorias e serviços	1006
32.3	O sistema de não cumulatividade	1007
32.4	A simplificação tributária	1012
32.5	As regras-matrizes do imposto sobre bens e serviços (IBS) e da contribuição sobre bens e serviços (CBS)	1016
32.6	O arcabouço normativo do IBS e da CBS	1020
32.7	O Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (CGIBS) ...	1027
32.8	Regimes específicos de tributação	1031
32.9	Aspectos circunstanciais da reforma tributária	1033
32.10	Repartição das receitas tributárias	1036
	REFERÊNCIAS	1047